



EDUCAÇÃO POPULAR E SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS: UNIVERSIDADE E OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM DIÁLOGO

Fernanda dos Santos Paulo*

Luciane Rocha Ferreira**

Roberta Soares da Rosa***

Karine Santos****

Resumo – O artigo discute as possibilidades e os limites de metodologias de trabalho e pesquisa nos Movimentos Sociais Populares na sua relação com a educação popular, numa perspectiva da sistematização das experiências como alternativa aos modelos hegemônicos de pesquisa. Para tanto, um diálogo é estabelecido com um Movimento Social Popular que tem na educação popular seu embasamento teórico e prático: a Economia Popular Solidária e o trabalho de educadoras sociais. Neste momento, compartilharemos um olhar por sobre o trabalho que está sendo desenvolvido pelo Centro de Formação em Economia Solidária da Região Sul (CFES/Sul) em parceria com a Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos). Sendo assim, trazemos algumas das características da educação popular, destacando algumas de suas relações com os desafios do trabalho metodológico por meio da sistematização das experiências a partir dos saberes populares, tendo como horizonte a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Por fim, não apresentamos uma conclusão, mas destacamos que o atual desafio é ouvir as vozes das pessoas que fazem os Movimentos Sociais Populares, por meio da militância, das universidades nesses espaços que também produzem conhecimento e do trabalho de educadoras sociais.

Palavras-chave: Educação popular. Educação social. Economia solidária. Sistematização de experiências. Educadoras.

* Doutoranda em Educação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Pedagoga e educadora popular. *E-mail:* fernandaeja@yahoo.com.br

** Doutoranda em Educação na Unisinos. Educadora popular e militante do Movimento Social Popular da Economia Solidária. *E-mail:* lucianekatu@gmail.com

*** Mestra em Educação pela Unisinos. Educadora ambiental na Universidade Feevale. *E-mail:* betabio30@yahoo.com.br

**** Doutora em Educação pela Unisinos. Professora na Faculdade de Educação na área de Educação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail:* karinesan@gmail.com

INTRODUÇÃO

A educação popular (EP), enquanto estratégia metodológica de promover outra fundamentação na construção de saberes por um possível paradigma emancipatório, emerge com força a partir dos Movimentos Sociais Populares (MSP) no século XX, os quais se intensificam no século XXI. Um dos precursores no Brasil é Paulo Freire, sobretudo no tocante à concepção de EP com caráter político, cultural e pedagógico (BRANDÃO, 1984) com intencionalidade definida – a transformação social. Diante das experiências da EP em diálogo com os MSP, sobretudo a partir da década de 1960, nasce a necessidade da sistematização das experiências.

A sistematização pode ser considerada uma metodologia de análise de experiência, assim como a avaliação e a pesquisa, cuja escolha dependerá do objetivo. Segue abaixo quadro comparativo das semelhanças e diferenças entre avaliação de projetos, sistematização e pesquisa:

Quadro 1 Sistematização de experiências em economia solidária

Avaliação de projetos	Sistematização	Pesquisa
Concentra-se em um projeto.	Centra-se em uma experiência.	Centra-se em um problema.
Interessam os resultados em relação às metas programadas inicialmente.	Interessam os processos, os procedimentos e o contexto.	Seu interesse depende do sujeito da análise.
Interessa-se em medir e comparar.	Preocupa-se em refletir e aprender.	Preocupa-se em analisar e comparar.
O conhecimento surge a partir da avaliação.	O conhecimento surge a partir da prática.	O conhecimento surge da discussão teórica.
Fica a cargo de especialistas.	Fica a cargo de promotores e pessoas que vivenciaram a experiência na prática.	Fica a cargo de especialistas.
As fontes de informações são internas ou externas.	A fonte de informação é interna ao sujeito.	As fontes de informações são externas ao sujeito.

Fonte: Instituto Marista de Solidariedade (2009).

A sistematização, por sua vez, está intimamente ligada ao próprio processo de fortalecimento, visibilidade e legitimidade de ações provedoras e provocadoras de um constante revisitar, com vistas a um possível recriar-reviver determinados conceitos, estratégias e mobilizações. Esse movimento abre, então, possibilidades de perceber esse exercício, siste-

matização, mais do que uma ferramenta privilegiada de organização, mas fundamentalmente marca uma estratégia engajada de pensar as práticas pretensamente emancipatórias nas quais os MSP estão imersos.

Oscar Jara (2006) nos provoca a pensar como podemos fazer e usar a sistematização de experiências como ferramenta que possa contribuir para a realização desse registro teórico-prático. Para ele, existem aspectos que colaboram para o registro das experiências, e um deles é o da necessidade do sujeito que escreve e pesquisa ter participado da experiência. O outro é o de fazer um recorte daquilo que se quer sistematizar.

Nesse sentido, o presente artigo tem a pretensão de compartilhar um olhar possível por sobre o fenômeno da aprendizagem, na qual se articulam pressupostos da EP, da sistematização de experiências e da pesquisa participante no trabalho de formação em Economia Popular Solidária (EPS), desenvolvido pelo Centro de Formação em Economia Solidária da Região Sul (CFES/Sul). Ao afirmar que o processo de sistematização para alguns MSP vai além do registro das atividades cotidianas, avançando como uma prática pedagógica visando à auto-organização, nos colocamos no lugar do conflito e da contradição. Cercados e cerceados entre o que se pensa em fazer e o que de fato é possível realizar, acreditamos que

Sistematizar permite, assim, diferenciar os elementos constantes dos ocasionais; os que ficaram sem continuidade no trajeto, os que incidiram em novas pistas e linhas de trabalho, os que expressam vazios que apareceram muitas vezes. Assim, permite determinar os momentos de aparecimento, de consolidação, de desenvolvimento, de ruptura, etc., dentro do processo e como os diferentes fatores comportaram-se em cada um deles. Nesse sentido, a sistematização possibilita entender a lógica das relações e contradições entre os diferentes elementos, localizando coerências e incoerências (JARA, 2006, p. 30).

Nessa direção, compartilhamos um processo que ocorre de forma colaborativa no MSP da EPS, dentro da dinâmica de formação política que é organizada e promovida pelo CFES/Sul em articulação com o Grupo de Pesquisa Mediações Pedagógicas e Cidadania da linha de pesquisa Educação, Desenvolvimento e Tecnologias da Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos) (São Leopoldo, RS)¹.

Esse é um espaço de formação pensado pelos militantes, Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), Entidades de Apoio (EAF) e Fomento e Gestores Públicos (GP), fruto de uma conquista que possui uma trajetória de luta. Um processo significativo de trocas, partilha de sonhos, em que se percebem avanços e retrocessos no diálogo intra e inter-movimento(s) e com as Políticas Públicas (PP).

1 - Pesquisa coordenada pelo professor doutor Telmo Adams, intitulada "Educação, Trabalho Associado e (Des)colonialidade: estudo das experiências do Centro de Formação em Economia Solidária da região sul do Brasil (2015/2017)".

O pensar crítico sobre a importância dos saberes que circulam, produzem e são produzidos dentro da dinâmica organizacional da EPS propicia a construção de elementos fundamentais na perspectiva de ser possível construir outros sentidos. Ainda que na medida do possível, acredita-se que estão aqui presentes condições mínimas para sua (co)produção.

Nesta proposta, compartilha-se uma leitura possível por sobre essa coprodução colaborativa, a partir de pressupostos críticos, em que o diálogo aberto no sentido da polissemia que circulam nas realidades, e por elas, traz Paulo Freire, Oscar Jara, Boaventura de Souza Santos, Alfonso Torres Carrillo, Carlos Rodrigues Brandão, Telmo Adams, Danilo Streck, Euclides Mance, Ana Freitas, Fernanda Paulo, Luciane Rocha Ferreira e Valter Martins Giovedi e Maurice Merleau-Ponty como estratégia teórica e metodológica de perceber o fenômeno em estudo.

O olhar fenomenológico ampara a forma de perceber e compreender o mundo e a pesquisa em educação. A dimensão pedagógica desse método não tem a pretensão de dar conta da complexidade da realidade; no entanto, diante da impossibilidade de sua apreensão total, os limites pesquisantes são assumidos como possibilidade de construção compartilhada de outros olhares possíveis por sobre o mesmo fenômeno. Esses se complementam, e nessa complementariedade acontecem avanços qualitativos na compreensão possível por sobre o mundo sensível em que convivemos.

Assim, destacamos que a intenção desta incursão é problematizar o fazer teórico e prático como elementos básicos para perceber, na sistematização das experiências, uma possibilidade privilegiada de produção de saberes diversos, acolhendo e sendo acolhidos por outras formas de fazer ciência na educação mediada pelos diálogos estabelecidos para além dos muros universitários.

Pode-se dizer que esse processo é um dos jeitos de caminhar de um coletivo que sonha² ultrapassar vários muros internos e externos; essa é a utopia que os une em uma mesma direção. Compartilhar essa experiência ensina a acreditar na capacidade das mulheres e homens de ser mais do que lhes foi/é permitido pelo sistema posto.

PESQUISA PARTICIPANTE E SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS EM DIÁLOGO COM SABERES ACADÊMICOS – CFES/SUL EM CENA

É importante destacar que a EP e os MSP, no contexto brasileiro atual, encontram-se desafiados a construir novas formas de organização e mobilização popular: para além do

2 - Sonhar um sonho possível, como defendia Freire (2001), quando problematiza a utopia como um *vir a ser*, uma dimensão ontológica do ser humano de *ser mais* a despeito de qualquer pretensão determinista da ciência por sobre as condições materiais e imateriais de vida das pessoas.

que alguns chamam de mais do mesmo. Diante disso, experiências como as de formação de educadores populares, a Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (Aeppa), o Movimento dos Sem Terra (MST) e a pedagogia da alternância e os projetos alternativos à economia capitalista colonizadora, a exemplo da EPS, são lugares que estão constantemente se reinventando para avançar diante das situações-limites³ para um bem viver humanizado.

Essa dimensão é pano de fundo devido para que militantes da EPS, educadoras sociais e educadoras populares compreendam que o bem viver humanizado está intimamente ligado ao que fazer das lutas cotidianas do movimento. Entre outras, a luta por uma vida melhor requer outro tipo de sociedade, outras formas de conceber e (re)fazer a vida, por outro paradigma possível. O bem viver humanizado foi introduzido na discussão a partir dos anos 1990 por meio das provocações da filosofia da libertação. A EP, nesse cenário, se coloca em um lugar de convergência com a natureza desse conceito, tendo como horizonte o ideário por outro paradigma social e político.

Pensando nisso, explica-se o fato de a EPS ser, para Mance (1993), uma economia de libertação; uma ramificação da própria filosofia da libertação. Nessa percepção, os MSP são lugares privilegiados para viver de forma engajada à (co)produção de saberes diversos que contribuam para uma vida socialmente viável, que nem sempre é possível em outros espaços da sociedade, centrados no capital conforme a pedagogia do oprimido de Freire. Nesse sentido, a EPS perpassa o fazer comum da vida se tornando um estilo de vida, uma filosofia nascida das práticas de sobrevivência solidária e adentra a vida pública simbolizando a negação de práticas controladoras do Estado capitalista:

Durante a IV Plenária de Economia Solidária, alguns grupos de produção, ou Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), militantes, Assessorias e Gestores Públicos reunidos para um trabalho de grupo chegaram ao consenso de que ela também pode ser compreendida "enquanto um MS que é constituído por diversos Fóruns, Conselhos, Redes e Cadeias, como estratégia para o desenvolvimento sustentável de um novo tecido social por meio da Educação em todos os seus níveis" (FERREIRA, 2011, p. 13).

Partindo disso, falaremos da experiência que acontece no CFES/Sul em diálogo com a Unisinos, por meio do Grupo de Pesquisa Mediações Pedagógicas e Cidadania. Esse é um projeto que compreende a função social e política da Unisinos como ferramenta de um fazer engajado, portanto mediando e sendo mediado, ao mesmo tempo, pelos diferentes saberes

3 - "Situações-limites" são constituídas por contradições que envolvem os indivíduos, produzindo-lhes uma aderência aos fatos e, ao mesmo tempo, levando-os a perceberem como fatalismo aquilo que lhes está acontecendo (OSOWSKI apud STRECK, 2008, p. 384).

e pessoas: acadêmicos e populares. A proposta pedagógica revela significativo envolvimento das duas instituições, uma que está estreitamente vinculada à construção de conhecimento científico e a outra, a saberes da experiência⁴. No primeiro caso, estão comprometidos, nesta experiência, professoras universitárias que se reconhecem como educadoras sociais e, no outro caso, educadoras sociais que se reconhecem como militantes da EPS.

O que está em foco entre essas experiências é o processo de sistematização como fator que, ao mesmo tempo que oferece multiplicidades de sentidos ao processo pesquisante, reserva-lhe desafios entre os sentidos e significados que as aprendizagens e conceitos podem traduzir. A sistematização é um exercício que se refere, necessariamente, às práticas concretas, cujas experiências são processos sociais e dinâmicos, isto é, em permanente transformação e movimento:

Mantendo os mesmos princípios da pesquisa participante e da IAP (*investicaci3n-acci3n participativa*), a sistematiza3o enfatiza o papel da mem3ria coletiva, reconhece a complexidade dos fen3menos sociais e valoriza a diversidade de linguagens para nomear e interpretar a realidade (STRECK; ADAMS, 2014, p. 35).

Esse movimento complexo associa uma diversidade de olhares e perspectivas distintas, permite o fazer que ensina e se abre ao aprender um mundo desafiador, em que o fen3meno de estudo e as pessoas envolvidas no processo de investiga3o da realidade ensinam e aprendem. Isso a partir da experi3ncia encarnada no seu cotidiano de lutas, em um movimento dial3tico e dial3gico, contradit3rio, sem receitas, entre erros e acertos, avan3os e retrocessos. Acreditamos que o erro ensina muito pela situa3o de abertura do sujeito ao saber que pode se tentar novamente, e de novo se preciso for.

A experi3ncia de constru3o da sistematiza3o do CFES/Sul tem sido trabalhada e cultivada a partir de toda essa compreens3o te3rica, metodol3gica e pr3tica, desde a primeira fase do projeto, o CFES I, ocorrido entre 2009 a 2011, com a pretens3o de tornar os cursos e oficinas de forma3o em economia solid3ria um momento privilegiado de constru3o coletiva end3gena e propositiva, o qual possa subsidiar minimamente aos militantes que participam do processo determinado conhecimento te3rico-pr3tico sobre as dimens3es fundamentais para consolida3o desse in3dito vi3vel⁵.

3 importante nesse di3logo que os interlocutores compreendam a natureza e o p3blico-alvo do centro de forma3o; contudo, nesse momento, faz-se apenas um ensaio trazendo,

4 - Saberes da experi3ncia tamb3m podem ser entendidos como saberes t3citos.

5 - O in3dito vi3vel n3o 3 uma simples jun3o de letras ou uma express3o idiom3tica sem sentido. 3 uma palavra, na acep3o freiriana, mais rigorosa. Uma palavra-a3o, portanto, pr3xis, pois n3o h3 palavra verdadeira que n3o seja pr3xis, da3 quer dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo (STRECK, 2008, p. 231).

por exemplo, o objetivo geral da proposta política e pedagógica do centro de formação CFES/Sul, para que essa compreensão seja minimamente contemplada, além de outras dimensões pertinentes:

Implantar o Centro de Formação e Apoio a Assessoria Técnica em Economia Solidária na Região Sul do Brasil – CFES Regional Sul, com a finalidade de promover a formação e apoio a assessoria técnica em Economia Solidária, bem como a consolidação da Rede Nacional de Centros de Formação e Apoio a Assessoria Técnica em Economia Solidária – Rede CFES (BRASIL, 2012-2015, p. 285).

É importante destacar que essa PP é fruto de uma construção dialogada entre o Poder Público (Senaes) e a EPS a partir do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Esse é o horizonte que compõe o contexto em que se navega entre saberes diversos, por isso, elementos para a compreensão de como o processo de sistematização pode se auto-organizar.

Os objetivos desse coletivo são ousados. Para alcançar as metas propostas, foram criados dois grupos específicos de trabalho como mecanismos de gestão partilhada e construção da identidade política e pedagógica do CFES/Sul: Conselho Gestor (CG) e Comitê Metodológico (CM). Eles são formados por representantes dos três segmentos que compõem a EPS: Entidade de Apoio e Fomento (EAF), EES e GP dos três estados da Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Algumas dessas pessoas também participam do processo de formação em curso, outras são integrantes do Fórum Gaúcho de Economia Popular e Solidária, dentre eles alguns fizeram parte da experiência do CFES/Sul (2009-2012), contudo não participam do curso atual. Esses grupos de trabalho têm a responsabilidade de colaborar mais especificamente na operacionalização da proposta e na agenda de trabalho dos cursos de formação e se reúnem a cada semestre para planejamento, avaliação e formação. Dentre as principais propostas desses coletivos de trabalho estão: 1. focar na experiência das atividades formativas realizadas pelo Projeto CFES/Sul como um todo, e não nas experiências de empreendimentos econômicos solidários nem nas redes e cadeias da economia solidária, e 2. realizar a sistematização durante as atividades formativas do Projeto CFES/Sul (compreendendo como parte do processo formativo e metodológico) e não depois da sua realização (BRASIL, 2012-2015).

Com isso, percebemos que o jeito de caminhar do processo formativo privilegiado aproxima à experiência aprendente e ensinante a trajetória de acompanhamento sistemático, com avaliação e planejamento coletivos continuamente inseparáveis. Não é o mesmo que percorrer toda uma etapa de trabalho/estudo para pensar sobre ela apenas após sua conclusão. É ao caminhar que avaliam o jeito que estão caminhando, podendo refletir sobre

e se necessário refazendo, recombinao, enfim, reinventando outras formas de fazer educaçao em EPS sempre suleados⁶ pelas diretrizes da EP:

Utilizar como referênci metodolôgica os princípios e valores da Economia Solidária, bem como os fundamentos, práticas e metodologias da Educaçao Popular, estabelecendo como pressuposto o respeito e a valorizaçao dos saberes locais, a formaçao contextualizada no tempo e no espaco e a socializaçao de conhecimento e saberes (BRASIL, 2012, p. 83).

Sabendo disso, compreendemos o caráter revolucionário dos seus objetivos. Destacamos a dimensao da promoçao da reflexao crítica sobre as práticas visando aprimorá-las para o enfrentamento qualificado das situaçoes-limites com as quais as pessoas lidam cotidianamente. Dentro desse universo, há toda uma organizaçao pensada para promover a socializaçao dos conhecimentos produzidos de forma a inspirar outras experiências ao mesmo tempo que constroem processos coletivos de formaçao no local que estão. Nele, as trocas de experiências e a sistematizaçao são privilegiadas.

Diante do volume de ações que esse projeto integra, é importante dizer que a intençao de pesquisa acolhe o percurso dos cursos estaduais de formaçao. Ao todo, o projeto CFES/Sul é composto por quatro metas. O tempo é o fator que preocupa no processo: são cinco cursos estaduais, 24 oficinas temáticas territoriais em torno de quatro núcleos temáticos: formaçao; finanças solidárias; comercializaçao e comércio justo e solidário; redes de cooperaçao solidária. Tudo isso em 30 meses, tempo que burocracias e tempos pedagógicos muitas vezes não dialogam.

Os tempos da PP chocam com os tempos pedagógicos constantemente. O diálogo com a PP é complexo, principalmente frente à organizaçao política e econômica dos EES. Também nas relações com as EAF, principalmente as ONGs; a postura assumida por muitas Universidades e Institutos Federais também inviabilizam um fazer pedagógico engajado, desafios com os quais todos os envolvidos percebem de forma pedagógica.

Há uma infinidade de dimensoes a serem problematizadas, contudo privilegiam-se os cursos tão somente pelo fato da complexa teia que se forma a partir de todas essas atividades projetadas.

Nesse sentido, salienta-se que o trazido constitui elementos nascidos, percebidos e sentidos a partir da participaçao ativa nos cursos estaduais, compreendendo que "as maneiras de sentir são resignificadas na história, podem receber outros nomes e ser atribuídas a outras causas" (STRECK, 2013, p. 6). O fenômeno das aprendizagens, nessa perspectiva, tem seu ineditismo pelo fato de perpassar o lugar comum, nascido dele, mas não encarcerado nele.

6 - O termo "sulear" tem sido utilizado, de modo explícito, por Freire (1994b) como contraponto ao "nortear", cujo significado é a dependência do Sul em relação ao Norte. O termo "sulear" significa o processo de autonomizaçao desde o Sul, pelo protagonismo dos colonizados, na luta pela emancipaçao (STRECK, 2008, p. 396).

Esse é o campo empírico que, neste momento, socializamos de forma parcial: como processo em construção.

A SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA COMO PRÁTICA POLÍTICO-PEDAGÓGICA: UM DESAFIO PARA AS EDUCADORAS?

A sistematização de experiências é uma diretriz da política nacional de formação em economia solidária conforme a Recomendação n. 08, de 04 de julho de 2012, que dita que as formações

Devem prever e incorporar como parte integrante da estratégia metodológica a realização de processos estruturados de avaliação e sistematização das práticas e experiências desenvolvidas no campo da educação em Economia Solidária, tendo em vista a produção e a socialização dos conhecimentos e/ou tecnologias sociais que resultem das ações efetivadas com e pelos Empreendimentos Econômicos Solidários (BRASIL, 2012, p. 83).

O CFES/Sul concebe a sistematização como prática político-pedagógica em economia solidária que visa à produção e à socialização dos conhecimentos e que deve ser realizada pelos sujeitos envolvidos na ação, e com eles, pois a sistematização possibilita a reflexão, a análise e a interpretação crítica do processo coletivo para que o aprendizado possa ser extraído da prática em questão e compartilhado.

Essas características do processo de sistematização podem ser justificadas pela sua origem no campo social de baixo para cima, ou seja, uma metodologia que surge da demanda identificada por quem está vivenciando a experiência coletiva, e não de um observador externo que enxerga os sujeitos da experiência apenas como objeto de estudo, o qual surge, no contexto latino-americano, na década de 1960, a partir das necessidades originadas no campo de intervenções do serviço social que demandava a elaboração de um conceito ou mesmo uma modalidade de investigação social que pudesse recuperar o realizado e ordenar as formas de agir e os saberes produzidos na ação (SANCHES, 2011, p. 44).

Jara (2006) identifica seis influências fortes para a construção da metodologia de sistematização de experiências: o trabalho social, a educação de adultos, a educação popular, a teologia da libertação, a teoria da dependência e a investigação-ação-participativa.

A EP é a metodologia privilegiada para alcançar as metas propostas e desenvolvidas por cada etapa desse processo. Paulo Freire (1994a) é um dos grandes referenciais que coopera conosco, ajudando-nos a realizar a articulação entre a EP e os movimentos sociais numa leitura e interpretação crítica das experiências coletivas encharcadas do "saber orgânico da classe" (BRANDÃO, 1984, p. 224).

A razão fundamental para discutir as possibilidades e os limites de metodologias de trabalho na relação com a EP, numa perspectiva da sistematização das experiências coletivas como alternativa aos modelos hegemônicos de pesquisa, resulta da experiência de um lugar que desenvolve a EPS. Nesse espaço, olharemos para o trabalho de educadoras sociais que atuam em contextos não escolares. O lugar de onde falamos, nesse momento, é desde o CFES/Sul em parceria com a Unisinos.

Sublinhamos que as educadoras sociais são aquelas profissionais que trabalham em contextos não escolares e que, quando articuladas aos movimentos populares, constituem-se educadoras engajadas politicamente (PAULO, 2013). Algumas das educadoras sociais se reconhecem como educadoras populares porque, além do trabalho em contextos não escolares, militam no campo da EP. Nesse caso, identificamos no CFES/Sul muitas educadoras que possuem uma relação com alguns dos princípios da EP, já que no processo de seleção para a contratação dessas profissionais a participação em algum MSP é pré-requisito, com o objetivo de garantir um trabalho comprometido com o processo de rompimento da exploração presente no sistema capitalista. Para elas, a luta pela busca de uma autonomia financeira, um trabalho coletivo e a redução da exploração do capital sobre o trabalho acontecem por meio da EPS.

Nesse sentido, o maior desafio no contexto das educadoras sociais é ampliar a discussão e as práticas da sistematização de experiências e da pesquisa participante para outros espaços de trabalho e formação. A EP pode ser uma das concepções orientadoras, pois uma das suas características é romper com a educação bancária e tradicional, a qual aliena e não educa politicamente. As educadoras sociais, neste espaço apresentado, possuem práticas educativas que, além de nos provocar o exercício da leitura crítica de experiências de convivência coletiva, suscitam a pensar criticamente sobre quais concepções ético-políticas fazem parte do contexto de formação mais ampliado. Portanto, nos questionamos: seria a EP a concepção orientadora dos cursos de formação de educadores e educadoras sociais? Toda educadora social é engajada politicamente em prol das transformações sociais?

Acredita-se que o ponto de partida, a partir da escolha da EP como marco teórico e prático do trabalho-formação das educadoras sociais, é por meio das experiências de trabalho dessas educadoras, para delas problematizar os fundamentos de uma formação crítica que não nega os processos histórico-sociais que produzem e se reproduzem na sociedade.

O diálogo entre os saberes das universidades e dos MSP pode também contribuir para a revisão dos cursos na área da educação que, em geral, estão mais voltados para a educação escolar e não contemplam as demandas da sociedade civil organizada.

ORGANIZAÇÃO DO JEITO DE CAMINHAR

No espaço do CM e CG foi construído, de forma coletiva e participativa, um roteiro, conforme sugere Jara (2006) e Falkenbac (2000): objeto (que experiência queremos sistematizar?);

objetivo (para que realizar a sistematização?); sujeitos da sistematização (quem irá participar do processo de sistematização?); eixo(s) da sistematização (que aspectos centrais da experiência queremos sistematizar?); e fontes de informações que serão consultadas e geradas para definir etapas e técnicas que serão utilizadas. O roteiro foi elaborado de forma que pudesse orientar e, ao mesmo tempo, facilitar a construção coesa e coerente do processo de aprendizagem, articulando avaliação e acompanhamento, com o cuidado de não ser um instrumento fechado, mas flexível.

Nesse sentido, foram pensados quatro tópicos que agregam em si outras dimensões intimamente interligadas: contexto; situação inicial, conhecimentos e aprendizagens; reflexão sobre a prática, desafios e possibilidades; e situação final, gestão compartilhada.

Essa organização didática serviu como orientação no percurso de estudo do grupo de pesquisa, do CM e CG, e dos participantes EES, EAF e GP do laboratório de sistematização que aconteceu no I Encontro Regional de Sistematização em Porto Alegre/RS durante os dias 3 a 5 de novembro de 2014. Esse Encontro estava previsto no projeto enquanto proposta metodológica de cogestão do processo formativo que integra a meta 04.

É importante descrever um pouco o que cada tópico acolhe em si. A situação de "contexto" envolve sensibilização e mobilização para a construção dos cursos e das oficinas nos estados e territórios. Além disso, envolve a "situação inicial" das pessoas que participam das ações formativas, com suas expectativas, conhecimentos prévios e sentimentos diversos que trazem para o momento de início das atividades. Isso se dá em cada etapa.

A situação inicial, conhecimentos e aprendizagens, converge com o movimento de sensibilização e mobilização, trazido muito fortemente pela situação de contexto. Mas avança significativamente nos conteúdos, metodologias e conceitos problematizados. Como estratégia de qualificar a ação de militantes, educadores e educadoras, agentes de EPS, os conceitos de desenvolvimento, EPS e territorialidade são os eixos da sistematização.

Na "Reflexão sobre a prática – Desafios e Possibilidades" há de forma tangencial dimensões de todas as temáticas aqui apresentadas. Há desafios de toda ordem em cada etapa dessa construção, como também possibilidades. A metodologia foi uma dimensão bastante reclamada. Como não há receita pronta, mas sim orientações suleadoras e o caminho está sendo construído entre erros e acertos ao caminhar, os limites dessa proposta coexistem com toda sorte de contradições.

Freire (1978), em seu livro *Cartas à Guiné-Bissau: registro de uma experiência em processo* traz a experiência relatada em cartas, o que significa tornar a prática de registrar em processo de aprender e ensinar, trazendo possibilidades da reflexão-ação, e essa foi a técnica escolhida para facilitar a reflexão sobre a prática estudada.

O coletivo do CM e CG junto com o grupo de pesquisa da Unisinos, ao pensar sobre o processo final de avaliação, propôs a construção de cartas pedagógicas, inspiradas pelos estudos de Freire, e também de uma experiência concreta da Rede de Educação Cidadã

(Recid⁷), do Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp⁸), o qual utilizou a metodologia enquanto estratégia de estimular o pensar e o sentir como forma de sistematizar dimensões fundamentais do processo formativo.

Mesmo parecendo ousado, nos permitimos dizer a todos/as educadores/as populares que adotarem a prática de escrever Cartas Pedagógicas como princípio: podem anunciar-se herdeiros/as de uma tradição que vem de longe, e que tende a se consolidar. Todavia, aos herdeiros de algum *bem material* ou *social*, cabe-lhes uma tarefa, uma responsabilidade, isto é, de cuidá-lo, de continuá-lo e, acima de tudo, de fazê-lo dar frutos (CAMINI, 2012, p. 8).

Essa herança vem de uma prática popular hoje esquecida, mas, diante da busca por estratégias de fazer e refazer a vida de forma diferenciada, é preciso retornar às práticas originárias. Um retorno ao que é próprio da humanidade que se desumaniza cada vez mais em busca da sobrevivência. Apostamos nessa prática por acreditar que esse legado é assumido, sendo acolhido e reaprendendo a registrar sentimentos em palavras. Palavras que transformam e que dão frutos.

É o aprender ensinando, lidando com os erros que inevitavelmente compõem esse cenário. Os desafios de rever e refazer conceitos concebidos em uma perspectiva cartesiana, desenvolvimento e território/territorialidades, são imensuráveis. Uma cultura diversa sendo projetada dentro de uma cultura hegemônica: é uma realidade em construção e aberta aos sabores e dissabores de ser, estar e fazer diferente.

Nesse caso, acreditamos que

[...] a educação em economia solidária é definida como uma "construção social", que envolve uma diversidade de sujeitos e ações orientados para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável que considera as dimensões econômica, ambiental, cultural, social e política (BRASIL, 2012, p. 83).

Situação final, gestão compartilhada: esse é o momento de acolher as percepções finais pôr sobre todo o processo. Entende-se, pelo que se teve de expectativas correspondidas ou não, como a avaliação em processo foi vivenciada por cada participante, as parcerias estabelecidas, as conexões possíveis com as PP, a gestão compartilhada e a metodologia de sistematização.

7 - A Rede de Educação Cidadã (Recid) foi constituída a partir do projeto original Fome Zero, no Governo Lula em 2003. Essa Rede está organizada em 26 estados da Federação e no Distrito Federal. Sua atuação se dá junto aos MSP, do campo e da cidade. Tendo como princípio o Projeto de Educação Popular, busca construir em suas ações, o Projeto Popular para o Brasil (CAMINI, 2012, p.4).

8 - As atividades realizadas pela Recid são financiadas por recursos do Governo Federal, por meio de um Convênio com a Secretaria de Direitos Humanos, em sua área de Educação em Direitos Humanos. Atualmente a Entidade Âncora Nacional é o Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp). Mais informações: www.camp.org.br.

Como esse processo acontece ao mesmo tempo durante o processo de formação, em regime de alternância, temos a possibilidade de verificar pontos nevrálgicos que necessitam ser retomados e reavaliados. Uma característica fundamental da EP é justamente a possibilidade de aprender com o que se possui de vivências e de poder recomeçar sempre.

A pedagogia da alternância é uma das ferramentas da EP que subsidiou o diálogo estreito entre a teoria e a prática dos conceitos problematizados nesse percurso formativo. As dimensões didaticamente separadas não acontecem estanques no cotidiano do fazer pedagógico. A metodologia popular contribuiu para romper com a ideia de conhecimento como algo dissociado da vida das pessoas e que o saber popular e o científico são complementares em sua interdependência.

Ainda problematizando o campo metodológico, a alternância é um dos princípios do percurso formativo presente nas diretrizes, "compreendida por tempos presenciais de jornadas pedagógicas e tempos de experimentação formativa, comunidades, empreendimentos, territórios" (BRASIL, 2012, p. 84).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na situação de aprendizes, estamos cada vez mais convencidas de que os saberes populares nada têm de desatualizado, insuficiente, fraco ou inválido. Muito pelo contrário: eles se dão na vida de verdade, muitas vezes longe das cadeiras universitárias que, por vezes, quando se aproximam o fazem para colher deles o que lhes faltam: a experiência que livro nenhum carrega. Sentidos e significados são forjados na vida de verdade, não em um lugar estéril, cercado de concreto, plástico, metal e/ou vidro. A sistematização proporciona à academia vivenciar teorias na prática de MSP, assim como ao MSP produzir conhecimento teorizando suas práticas.

É desse lugar privilegiado que a EP emerge, dos saberes originários, considerados ordinários e relegados historicamente à margem de uma sociedade embebida de traços escravistas e colonialistas. Mas é a partir desse mesmo lugar que se busca a imersão da situação dada. A experiência compartilhada possui em suas intenções mais elementares resgatar o mundo perdido. O lugar do não lugar.

A pesquisa participante, segundo Brandão (1984), é uma atividade educativa de investigação e ação social, e nós acreditamos que essa experiência assume os riscos e os risos de uma pesquisa participante encarnada na prática. A EP está presente na forma de conduzir e organizar os trabalhos: rodas de conversa, intercâmbios, partilha de saberes, cartas pedagógicas, pedagogia da alternância, círculos de cultura e pedagogia do círculo. Formas distintas de dizer, mas com a natureza de fazer educação convergente.

Dessa forma, a escolha do uso de registros parece ser um grande instrumento potencializador no processo de realização de autoavaliações dos movimentos sociais populares (PAULO, 2013), no sentido de que os registros possibilitam o não desperdício da experiência (SANTOS, 2000).

Vemos na sistematização das experiências uma oportunidade de avançar naquilo que é possível. Construir a própria visibilidade a partir de pressupostos críticos não incorporados à constituição humana, cultural, social, política, econômica, ética e estética, sendo ousadia e utopia. Essa inventabilidade mostra a criatividade das pessoas que participam de MSP como o da EPS. É o que nos inspira, enquanto militantes, a permanecer acreditando neste inédito viável.

Por isso, a universidade tem como desafio ouvir as vozes dos movimentos sociais, por meio da sua inserção participante nesses espaços, no sentido de compartilhar saberes e no coletivo produzir conhecimento transformador junto àquelas realidades. Essa provocação pelo diálogo comprometido entre universidade e movimentos sociais populares mediados pela EP é uma demanda de muitos espaços coletivos, a exemplo da Aeppa e do MST (PAULO, 2013). Talvez esses espaços possam contribuir para problematizarmos e refletirmos acerca de quem é o educador social no espaço da EPS e que formação é necessária para a atuação no campo não escolar. Da mesma forma, a universidade também deve se preocupar em proporcionar vivências para estudantes da área da educação em espaços não escolares, além de metodologias de pesquisa participante.

Atualmente, podemos afirmar que o trabalho realizado no CFES/Sul se encaminha para a coprodução de saberes emancipatórios realizados mediante a articulação dos movimentos sociais e universidade, nesse caso, da Unisinos. Juntos, por meio de metodologias de pesquisa participante, a exemplo, da sistematização de experiências, fomentam e vivenciam a concepção de práxis, indispensável à educação popular freiriana.

Dessa maneira, a experiência educativa do CFES/Sul só é possível porque as pessoas que compõe os segmentos da EPS acreditam que podem mais. A luta por PP que venham ao encontro de seus anseios mais elementares é tão somente uma parte do desafio desse coletivo. A institucionalização não é garantia de nada, mas é percebida como forma de afirmação e de visibilidade da identidade de um povo que resiste e persiste num sonho possível.

Por isso, vale a pena aprofundar mais em pesquisas e estudos nascidos desses lugares populares, utilizando metodologias populares participativas – reinventando sempre. Sem receitas, mas com aprendizagens coletivas que acolham as experiências dos outros por meio de diálogos e parcerias. Aprendendo na contradição e com as contradições: avançando e retrocedendo. Abertos aos erros mais do que aos acertos porque, afinal, o que é certo e errado?

Nesse contexto, concordamos com Singer (1999) ao expressar que experiências de economia solidária tem como pressuposto um outro modelo de sociedade: socialista, em que cooperação, solidariedade e organização popular substituam a lógica imposta pelo modelo capitalista.

Daí a importância da inserção da universidade junto aos movimentos sociais populares para a coprodução de saberes emancipatórios por meio de metodologias participativas que contribuam para a legitimação de metodologias de pesquisa a partir do Sul.

Popular education and systematization of experiences: university and social movements in dialogue

Abstract – The article discusses the possibilities and limits of methodologies of work and research in Popular Social Movements in their relationship with popular education, in a perspective of the systematization of experiences as an alternative to hegemonic models of research. For this, a dialogue is established with a Popular Social Movement that has in popular education its theoretical and practical foundation: Popular Solidarity Economy and the work of social educators. At this moment, we will share a look at the work being carried out by the Center for Training in Solidarity Economy of the Southern Region (CFES/Sul) in partnership with the University of Vale dos Sinos (Unisinos). Thus, we bring some of the characteristics of Popular Education, highlighting some of its relations with the challenges of methodological work through the systematization of experiences based on popular knowledge, having as a horizon the construction of a more just and solidary society. Finally, we do not present a conclusion, but we emphasize that the current challenge is to listen to the voices of the people who make the Popular Social Movements, through militancy, the universities in these spaces that also produce knowledge and the work of social educators.

Keywords: Popular education. Social education. Solidarity economy. Systematization of experiences. Educators.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Recomendação n. 08, de 04 de julho de 2012. Diretrizes políticas metodológicas para educação em economia solidária. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Projeto CFES/Sul n. 775707/2012. Convênio firmado entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE) e o Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2012/2015.

CAMINI, I. *Cartas pedagógicas: aprendizados que se entrecruzam e se comunicam*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

FALKENBAC, E. *O que é sistematização? Uma pergunta. Diversas respostas*. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação, 2000.

- FERREIRA, L. R. *A economia solidária enquanto estratégia de emancipação política: o "olhar" fenomenológico que o grupo mudar lança sobre seu processo de formação*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2011.
- FREIRE, P. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FREIRE, P. *Cartas a Cristina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994a.
- FREIRE, P. *Pedagogia da esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 1994b.
- FREIRE, P. *Conscientização: teoria e praticada libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Centauro, 2001.
- INSTITUTO MARISTA DE SOLIDARIEDADE. *Sistematização de experiências em Economia Solidária*. Brasília, 2009. Série Ecosol: caderno 02.
- JARA, O. *Para sistematizar experiências*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.
- MANCE, E. Práxis de libertação e subjetividade. *Revista de Filosofia*, Curitiba, v. 6, n. 7, p. 81-109, jun. 1993.
- PAULO, F. dos S. *A formação do(as) educadores(as) populares a partir da práxis: um estudo de caso da AEPPA*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- SANCHES, C. D. A. *A contribuição à sistematização de experiências para o fortalecimento do campo agroecológico e da agricultura familiar no Brasil*. 2011. 181f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural)–Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.
- SANTOS, B. S. *Crítica à razão indolente contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.
- SINGER, P. *Sindicalismo e cooperativismo: a economia solidária em debate; transformações no mundo do trabalho*. São Paulo: Unitrabalho, 1999.
- STRECK, D. R. (Org.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- STRECK, D. R. *Emoções na história da educação popular latino-americana: introdução a uma pedagogia sentipensante*. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36., 2013, Goiânia. *Anais...* Goiânia: UFG, 2013.
- STRECK, D. R.; ADAMS, T. *Pesquisa participativa, emancipação e (des)colonialidade*. Curitiba: CRV, 2014.

Recebido em agosto de 2016.
Aprovado em setembro de 2016.